

Análise do impacto de crimes não letais nos números absolutos de homicídios no Brasil: uma visão objetiva dos Anos de 2011 a 2016.

RESUMO

palavras-chave:
Homicídios.
Crimes Não Letais.
Regressão.
Método Robusto.

Esta pesquisa tem como objetivo verificar a interferência de variáveis criminais não letais no quantitativo de mortalidade por homicídios no Brasil. Foi proposto um estudo descritivo, usando como base documental os Anuários Brasileiros de Segurança Pública, de 2014 e 2017 – proporcionando um corte transversal entre 2011 e 2016. Foi realizada uma regressão múltipla no software Stata, que teve como resultado a forte correlação dos crimes não letais com o número de mortes criminais no Brasil. O resultado permitiu apontar a necessidade de uma discussão mais ampla acerca das políticas públicas de segurança, apontando uma forte e sistêmica relação entre as diversas formas de atuação criminosa nos resultados dos homicídios. Isso permite montar estratégias individualizadas para tentar minimizar as ações delituosas.

ABSTRACT

key-words:
Homicide.
Non-Lethal Crimes.
Regression.
Robust Method.

This study aims to verify the interference of non-lethal criminal variables in the quantitative mortality rate by homicides in Brazil. A descriptive study was carried out using the Brazilian Public Security Yearbook, from 2014 to 2017 - providing a cross-sectional study between 2011 and 2016. A multiple regression was performed on the Stata software, which resulted in a strong correlation between non- with the number of criminal deaths in Brazil. The result allowed to point out the need for a broader discussion about public security policies, pointing to a strong and systemic relationship between the different forms of criminal activity in the results of the homicides. This allows individual strategies to be set up to try to minimize wrongdoing.

1 INTRODUÇÃO

A violência vem sendo colocada em pauta de forma bastante incisiva pelos meios de imprensa nos dias atuais. O que configura um verdadeiro desafio para o Estado e para ação pública como forma de garantir um dos preceitos básicos da carta maior, o direito à vida, garantia fundamental prevista no artigo 5º, caput da Constituição Federal Brasileira.

A desigualdade social vem sendo apontada como variante relacional de violência, por conseguinte, esses indicadores apontam uma tendência a serem diretamente proporcionais ao número de casos de homicídios, ou seja, quanto menor é o investimento nas políticas sociais e maior a desigualdade, maior seriam os quantitativos desse tipo de morte (BARATA e RIBEIRO, 2000).

Uma sociedade inserida em um contexto de violência tende a ter um número crescente de homicídios. A violência se configuraria como resultante de um processo de frustração gerado pelos indivíduos, numa posição de pobreza relativa, na busca dos objetivos legitimados socialmente (SOUSA et al, 2014b).

Partindo dos pressupostos supracitados, esta pesquisa tem por objetivo: “verificar a interferência de variáveis criminais não letais no quantitativo de mortalidade

* Mestre em Gestão e Políticas Públicas.
pela Universidade Federal do Rio Grande
do Norte/UFRN.
igormartins@yahoo.com.br.

** Mestre em Gestão e Políticas Públicas
pela Universidade Federal do Rio Grande
do Norte/UFRN
augustomacedo@hotmail.com.

por homicídios no Brasil.”

Justifica-se este estudo por causa do crescente número de homicídios evidenciado no Brasil, como mostra em um recorte transversal adaptado do estudo de Waiselfisz (2016), no qual aponta: 6.313 homicídios em 1982, 14.785 em 1992, 34.160 em 2002 e 40.077 em 2012.

Mas relativizando esses números, o autor também aponta casos em que os números decaem, numa comparação entre os anos de 2002 e 2012, com destaques para estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Roraima, Pernambuco e Mato Grosso do Sul. Apontando que existe como combater e ter sucesso na implementação de políticas voltadas à prevenção dessas ações criminais.

Segurança é um tema que estará sempre atual e o assunto nunca sairá da pauta da agenda das políticas públicas dessa seara, seja aplicado no combate ou aprendido em como prevenir e monitorar resultados de sucesso, com espaço para estudos que possam contribuir a compreender cada vez melhor a cena social que permeia a questão.

2 POLÍTICAS DE SEGURANÇA NO CENÁRIO NACIONAL, UM BREVE ENQUADRAMENTO

Com o advento da Carta Magna de 1988, o tema segurança pública esteve sempre presente na agenda pública brasileira. A Constituição Cidadã estabeleceu os pleitos sociais do momento e implantou a segurança pública como temário às três esferas federativas. (MADEIRA; RODRIGUES, 2015).

Soares (2003) leciona que a polícia, como instituição pública, não foi adequada pela constituição ao novo momento democrático. A crise na segurança pública ganha maior evidência devido aos altos índices de criminalidade e violência que assombram a sociedade cotidianamente.

A política da segurança pública possui como base três fases que caracterizam o Estado brasileiro. Madeira e Rodrigues (2015) apontam a 1ª e 2ª: 1ª) o paradigma da segurança nacional, vigente no período da ditadura militar; e 2ª) o paradigma da segurança pública a partir da Constituição Federal de 1988. A fase 03 é apontada por Freire (2009), ou seja: 3ª) o paradigma da segurança cidadã que tem início por volta do ano 2000.

No contexto histórico da política de segurança pública, tem-se que, no fim dos anos 90, foi estabelecida a Secretaria de Planejamento de Ações Nacionais de Segurança Pública, posteriormente transformada em Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). Dentre as atribuições desse órgão, cabe à instituição assessorar ao Ministro da Justiça, definir e implementar a política nacional da segurança pública, conforme a Portaria nº 1.821, de 13 de outubro de 2006 e o Decreto nº 5.834, de 06 de julho de 2006, o qual fez com que passasse a atuar visando à articulação entre as unidades federativas.

A SENASP buscou construir um Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), que teve como modelo de inspiração o Sistema Único de Saúde (SUS). Por meio da União, estados e municípios construiria de maneira aperfeiçoada o planejamento e o fluxo de informações para uma execução mais refinada na área. Freire (2009) assinala que o SUSP não busca a unificação, mas sim a integração, intensificando resultados, sem

deixar de reconhecer as autonomias dos entes.

Contrapondo a perspectiva idealizada para a SENASP, Souza (2009) aborda que as políticas de segurança pública carecem de considerar vários aspectos e precisam abarcar múltiplos níveis da administração pública (Federal, Estadual e Municipal), os poderes da república (Legislativo, Executivo e Judiciário), bem como o poder público e a sociedade civil, ainda não contempladas na agenda de política de segurança de forma satisfatória.

Nos últimos anos, numa tentativa de se descentralizar as políticas públicas de segurança, tem se cobrado a participação dos municípios como copartícipe da segurança pública. Alguns gestores são resistentes à ideia, mas existe uma parte que além de ser sensível à necessidade para o bem-estar social, cumpre a normativa constitucional do art. 144, da Constituição Federal (1988): “Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio [...]”.

Em razão do dispositivo acima, os municípios emergiram como atores importantes no desenho, implementação e acompanhamento de políticas de segurança pública (SOUZA, 2009).

Souza (2009) defende que, no Brasil, a segurança pública transcorre por diversas questões e está diretamente relacionada aos problemas que não se restringem apenas à questão da violência e da ação criminosa. E na medida em que a violência aumenta ou permanece constante aos olhos da população, cresce também a necessidade de se pensar em novas medidas de combate à criminalidade pela administração pública, nesse caso, sendo a responsabilização da administração pública.

Abordando a transversalidade da política de segurança pública, Souza (2009) cita o Programa “Fica Vivo”, no Estado de Minas Gerais, que foi implantado no ano de 2002 através de uma parceria entre diversos órgãos e instituições, tais como: Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal, Ministério Público, Prefeitura de Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), SEBRAE, Câmara de Dirigentes Lojistas, Organizações não Governamentais, movimentos sociais e a comunidade. O foco do projeto era reduzir os índices de homicídios e foi aplicado, inicialmente, na comunidade de Morro das Pedras, uma das mais violentas de Belo Horizonte. Nos primeiros seis meses do programa, os dados revelaram uma redução de 47% nos homicídios.

A literatura também destaca que a quantidade de políticas públicas não sugere resultados qualitativos aos objetivos propostos por ela. Souza (2009), em seu estudo sobre a Prefeitura do Recife, mostrou que essa contava com diversas políticas sociais e assistenciais e questionou em que medida os projetos impactavam ou contribuía para uma política articulada de prevenção à violência. E ao término do estudo concluiu que o município de Recife configura-se mais como uma reconceitualização das políticas antigas do que em uma geração de novas estratégias.

O exemplo de cidades como Belo Horizonte, com dados registrados em pesquisas comprovadamente válidas, mostra que políticas de segurança que são pensadas de formas holísticas com outras de cunho social podem conseguir resultados expressivos.

2.1 CENÁRIO DOS HOMICÍDIOS E CRIMES NÃO LETAIS NO BRASIL

Cerqueira et al (2018) apontam que em 2016 o Brasil, pela primeira vez,

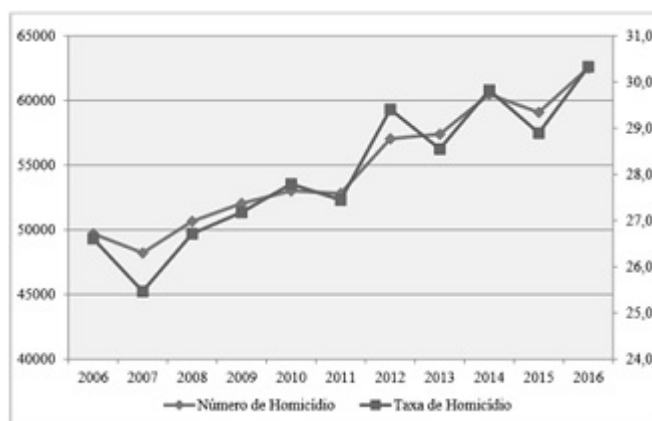
superou o patamar de trinta mortes causadas por homicídios por 100 mil habitantes, totalizando 62.517 em números absolutos. No Brasil, as taxas de homicídios estão acima das consideradas aceitas pela Organização Mundial da Saúde (ALMEIDA, 2017).

Cerqueira et al (2017) afirmam que existe um cenário de banalização da vida, ou melhor, uma naturalização da morte violenta e um total descompromisso por parte de autoridades nos níveis federal, estadual e municipal com a complexa agenda da segurança pública. Ainda segundo o autor, em apenas três semanas de 2017, o total de assassinatos no país superou a quantidade de pessoas que foram mortas em todos os ataques terroristas no mundo, número considerado exorbitante.

O gráfico 1, a seguir, mostra o crescimento do número de homicídios no Brasil, denotando um problema que tem que ser encarado de forma mais objetiva, pois incide em várias dimensões do cenário social, como a segurança, qualidade de vida, imagem da nação entre outras.

Gráfico 1: Brasil: número e taxa de homicídio (2006 a 2016).

Fonte: Cerqueira et al (2018).



O cenário torna-se mais impactante ao se deparar com o caráter inversamente proporcional quando se relaciona as taxas de crime com os avanços de indicadores socioeconômicos, como apontam Lima et al (2016), nos quais o Brasil tem avançado nos seus indicadores econômicos e sociais, mas as taxas de crimes letais são em muito superiores às de outros países, nos colocando no ranking das sociedades mais violentas do mundo. Isso sem contar as altas taxas endêmicas de outros crimes não letais (roubos, sequestros, lesões, mortes pela polícia, etc.).

Lima et al (2005) afirmam que, além das desigualdades sociais, diversos outros determinantes podem contribuir substancialmente para o aumento dos homicídios, muitos enquadrados como crimes não letais, tais como: o porte de arma de fogo, a posse e uso de drogas ilegais, o crescimento do contrabando, o tráfico de entorpecentes com as disputas por pontos de vendas, formação de milícias e grupos de extermínio, entre outros. Ainda para Lima et al (2005, p.177), contribuindo ainda mais para o estado em que nos encontramos, “cabe considerar, ainda, a ausência e morosidade da justiça, o sucateamento das instituições de segurança pública, a desvalorização e corrupção das mesmas, além da perda de valores éticos”.

O aumento de crimes não letais, aqui os considerados que não atentam diretamente contra a vida, tem sido geralmente atribuído a uma combinação de fatores, tais como o afloramento de uma demanda anteriormente reprimida pelo poder criminoso e a substituição de mecanismos informais por mecanismos formais de resolução de conflito. O fato é que, embora a violência homicida tenha diminuído em alguns estados, ainda persistem padrões de uma “sociabilidade violenta”, demandando adequadas abordagens de mediação de conflito para que se promova uma desejável mudança nesses padrões, pois sociedades com variabilidade de formas de violência

tendem a ser cenários com maior incidência de mortes (SILVA, 2009; CERQUEIRA et al 2017).

Cerqueira (2014) aponta que associações (como dos crimes não letais) e relações pessoais podem explicar determinados incidentes fatais que não ocorreriam em outros contextos. Um fator relevante nesse estudo do autor foi que existe uma forte correlação entre homicídios, jovens, armas e drogas. Apontando que, de modo geral, nos estados onde houve diminuição ou contenção da taxa de homicídios, foi onde se observou o envelhecimento da população e taxas de crescimento mais modestas de armas e drogas

Seguindo a tipologia proposta por Lira (2016), categoriza-se os crimes como:

Crimes Letais Contra a Pessoa (CLCP): homicídio, tentativa de homicídio e latrocínio;

Crimes Não Letais Contra a Pessoa (CNLCP): lesão corporal, ameaça e rixa;

Crimes de Roubos (CR): somatório dos roubos em e de patrimônios;

Crimes de Furto (CF): somatório dos furtos em e de patrimônios;

Crimes de Armas de Fogo (CAF): porte ilegal de armas, fabricação ilegal de armas e munições, apreensão de arma de fogo e disparo de arma;

Crimes de Tráfico de Drogas Ilícitas (CTDI): tráfico de maconha, cocaína, crack e outras drogas ilícitas;

Crimes de Posse e Uso de Drogas Ilícitas (CPUDI): posse e uso de maconha, cocaína, crack e outras drogas ilícitas.

Essa classificação foi elaborada para um determinado estudo, mas não chega a ser consenso. Para fins de delineamento, esta pesquisa considerou os crimes não letais todos listados acima, com exceção dos caracterizados na categoria CLCP. Além do exposto, partiu-se da premissa de que é de amplo conhecimento que as armas e drogas são vetores para aumento da criminalidade, sendo os crimes não letais grande parte desse quantitativo.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho descritivo assumiu um desenho transversal e incorporou como unidade de análise os 27 estados brasileiros, buscando identificar a interferência dos determinantes criminais não letais no comportamento das taxas globais de homicídios do país. A opção por usar os estados contemplando a totalidade da perspectiva de homicídios no país por completo foi para aumentar significamente o número de observações.

Na operacionalização deste estudo documental, foram obtidos dados secundários do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, mais especificamente dos Anuários Brasileiros de Segurança Pública, de 2014 e 2017, extraindo-se assim informações do recorte transversal entre os anos de 2011 e 2016.

Através de uma abordagem quantitativa, a pesquisa foi propositiva em utilizar a

técnica estatística da regressão múltipla para inferir a partir de suas análises, utilizando o método robusto de Huber-White Sandwich, após detectar a heterocedasticidade dos dados através do teste Breusch-Pagan, para Baum (2006), nesta abordagem não é imposta nenhuma restrição ao comportamento dos erros do modelo.

Utilizou-se o critério de assumir os números absolutos de ocorrências registradas em cada um dos estados da federação com seu somatório representando o cenário geral nacional, tendo o número de "homicídios" como variável dependente e crimes não letais como as variáveis explicativas, sendo originado os seguintes indicadores independentes: "tentativa homicídios", "roubo de veículos", "roubo de bancos", "roubo de cargas", "tráfico de drogas", "drogas – posse e uso", "porte de arma", "estupro", "tentativa de estupro", "lesão corporal no trânsito" e "lesão dolosa".

Foram criadas variáveis dummies para os anos de 2011 a 2016, que foi deixado de fora da regressão o primeiro ano para que fosse atribuído a esse o papel de controle e evitar um problema de colinearidade perfeita. Por fim, foram rodadas as interações entre os anos.

O software Stata 14 foi utilizado para aplicar todos os testes utilizados e as análises e interpretações foram relacionadas as suas saídas.

Foram criadas variáveis dummies para os anos de 2011 a 2016, que foi deixado de fora da regressão o primeiro ano para que fosse atribuído a esse o papel de controle e evitar um problema de colinearidade perfeita. Por fim, foram rodadas as interações entre os anos.

O software Stata 14 foi utilizado para aplicar todos os testes utilizados e as análises e interpretações foram relacionadas as suas saídas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para uma visão geral do banco de dados, foi utilizado o comando `sum` (`sum`) para obter as estatísticas descritivas básicas das variáveis, demonstrada na tabela um a seguir:

Tabela 1: Estatística descritiva das variáveis.

Fonte: Dados da pesquisa.

Variable	Obs	Mean	Std. Dev.	Min.	Max.
ESTADOS	0				
Indivíduo	162	1.4	7.813033	1	27
Tempo	162	3,5	1.713121	1	6
Ano	162	2013.5	1.713121	2011	2016
Homicídios	162	1893.426	1571.964	23	6328
Tentativas	162	1695.309	1569.648	21	6243
Roubo de veículos	162	8412.29	16819.95	5	98763
Roubo bancos	162	63.57407	86.61135	1	475
Roubo cargas	162	618.8333	1888.152	1	9943
Tráfico	162	5262.648	8818.595	14	45549
Drogas posse	162	4577.58	6875.097	9	32873
Porte arma	162	1910.864	1814.57	13	6967
Estupro	162	958.8704	1386.246	37	10055
Tentativas	162	259.8395	299.1703	1	1422
Lesão Corporal	162	11787.35	24796.17	1	143792
Lesão Dolosa	162	25446.57	36001	238	193290

Posteriormente, usando o teste qui-quadrado de Breusch-Pagan (comando no Stata: `estat hettest "variáveis"`) encontrou-se um p-valor = 0.000, com isso a hipótese

nula de homocedasticidade foi rejeitada e a heterocedasticidade assumida, denotando que variância dos erros será constante.

Seguindo a orientação de Baum (2006) “se a hipótese de heteroscedasticidade é válida, o estimador robustos de Huber-White-sandwich é mais eficiente do que a versão de estimador simples da VCE (matriz de variância-covariância dos estimadores dos coeficientes da regressão), ou seja, nesse caso, não é conveniente utilizá-lo.

Assim, foi aplicado o comando de regressão múltipla no Stata, levando em consideração as interações criadas entre os anos, que gerou a seguinte saída na página a seguir:

reg Homicidios Tentativa_Homicidios Roubodeveiculos Roubobancos Roubocargas Trfco drogas_posse_uso Porte_armas Estupro Tentativa_Estupro LesaoCorporalTransito LesaoDolosa dANO2- dANO6 Tentativa_HomicidiosdANO2- Tentativa_HomicidiosdANO6, robust

Tabela 2: Regressão
Múltipla.

Fonte: Dados da pesquisa

Linear Regression				Number of obs	=	162
				F (21, 140)	=	54.99
				Prob > F	=	0.0000
				R-squared	=	0.8507
				Adjusted R-squared	=	0.8513
				MSE	=	651.38
Homicidios	Coef	Robust Std. Err.	t	P > t	{95% Conf. Interval}	
Tentativa_Homicidios	.9671806	.1403394	6.89	0.000	.6897221	1.244639
Rouboveiculos	.0997607	.0207929	4.40	0.000	.0586602	.1408773
Roubobancos	2.130538	1.158582	1.84	0.048	-.1600416	4.421117
Roubocargas	-.2479489	.0796275	-3.11	0.002	-.4053768	-.0905211
Tráfico	-.0006009	.0350139	-0.02	0.986	-.0698253	.0686234
Drogas_posse_uso	-.2161715	.0459756	-4.70	0.000	-.3070677	-.1252754
Porte_armas	.2661507	.1000016	2.44	0.016	.0508859	.4814156
Estupro	.4074316	.0920559	5.25	0.000	.3038505	.6710127
Tentativa_Estupro	2.307394	.5294624	4.36	0.000	1.354169	3.260618
LesãoCorporalTransito	-.0421671	.0117821	-3.58	0.000	-.065461	-.0188733
LesaoDolosa	.0247809	.0088783	2.79	0.006	.0072281	.0423337
dANO2	132.2012	225.3434	0.59	0.558	-313.3149	577.7172
dANO3	131.5606	223.4674	0.59	0.557	-310.2465	573.3677
dANO4	356.0448	257.3188	1.38	0.169	-152.6883	864.7779
dANO5	280.5361	233.137	1.20	0.231	-180.3002	741.4604
dANO6	32.024	234.5592	0.14	0.889	-430.9121	496.5601
TentativaHomicidios dANO2	-.0678936	.1220183	-0.56	0.579	-.3091304	.1733432
TentativaHomicidios dANO3	-.1511114	.1454068	-1.04	0.300	-.4385883	.1363656
TentativaHomicidios dANO4	-.2093331	.1559163	-1.34	0.182	-.517500	.0989219
TentativaHomicidios dANO5	-.415421	.1941309	-1.14	0.084	-.7992202	-.0316138
TentativaHomicidios dANO6	-.3997336	.196166	-1.04	0.073	-.7875644	-.0119029
_cons	115.175	180.9846	0.64	0.526	-242.6413	472.9913

Interpretando a saída, o teste de distribuição F indicou 54.99, sendo que, via de regra, quando o valor é maior que 10, aponta indícios que o modelo está bem ajustado. O mesmo mostra 21 variáveis explicativas (levando em consideração a criação das dummies de anos e suas interações) e 140 (n=k-1) graus de liberdade.

A probabilidade F mostra uma significância muito alta do modelo (0.00000); o coeficiente de determinação (R²) aponta que cerca de 85,07% da variação do número de homicídios podem ser explicados pelas variáveis de crimes não letais aplicadas ao modelo.

O teste T, quando com mais de 20 observações, segue a regra que quando acima de dois, para um nível de significância de 5%, pode inferir-se que o coeficiente estimado é significativo, o que pode ser observado em todas as variáveis explicativas,

menos no tráfico de drogas, e nas variáveis qualitativas criadas e suas interações.

O P-valor indicará o nível de significância a 5% das variáveis, com todas sendo significantes, com exceção mais uma vez do “tráfico de drogas”, às dummies, confirmando o resultado do teste T. Empiricamente, estranhamente essa variável não passou por esses testes. A regressão aponta que a variável anteriormente descrita tende a não tem correlação explicativa com o número absoluto de homicídios no Brasil, mas são vários os indícios que apontam o contrário. No quadro 1, a seguir, aponta-se exemplos de reportagens que saíram na mídia que corroboram com a ideia do forte impacto que o tráfico tem nos números de homicídios.

Quadro 1: Notícias relacionando o tráfico com homicídios.

Fonte: Elaboração Própria.

TEMA DA NOTÍCIA	FONTE
Droga causa 77% dos homicídios: A maioria dos assassinatos em Curitiba está associada à venda ou consumo de entorpecentes. Usuários são as maiores vítimas	ANIBAL (2011) - Gazeta do povo
78% das mortes têm relação com o tráfico de drogas, diz secretária de Segurança do RN	G1 RN (2017)
Tráfico de drogas é responsável por mais de 4,3 mil mortes violentas na Bahia em 2017.	Jornal O Expresso (2017)
Tráfico de drogas está ligado a quase 70% das mortes em MG	DINIZ (2015) - O Tempo
OMS afirma que consumo de drogas causa 500 mil mortes anuais.	UOL (2017)

Uma saída para não incluir a variável no estudo seria rodar a regressão sob o modelo Stepwise, ferramenta automática para identificar um subconjunto útil de preditores, adicionando sistematicamente as variáveis mais significativas ou removendo as menos significativas no processo (WOOLDRIDGE, 2011). Mas a particularidade de sair do senso comum fez com que ela fosse melhor investigada.

Ao rodar uma regressão simples, ainda com homicídios como constante e tráfico como independente, o resultado aponta significância com correlação positiva.

Tabela 3: Estatística descritiva das variáveis

Fonte: Dados da pesquisa.

Source	SS	df	MS	Number of obs = 162		
Model	130511919	1	130511919	F (1, 160)	= 78.11	
Residual	267330441	160	1670815.26	Prob > F	= 0.0000	
Total	397842360	161	2471070.56	R-squared	= 0.3280	
				Adj R-squared	= 0.3238	
				Root MSE	= 1292.6	

Homicídios	Coef.	Std. Err.	t	P > t	[95% Conf. Interval]	
Tráfico	.1020969	.0115519	8.84	0.000	.0792832	.1249107
_cons	1356.126	118.3618	11.46	0.000	1122.373	1589.878

O que nos leva a inferir que ao ser colocada na equação da regressão múltipla a variável “tráfico” relaciona-se com outras de maior força e essa perde seu valor explicativo, podendo ser visto aplicando o teste de correlação através do comando `correl` no Stata.

Corroborando com essa correlação aqui sugestionada, Sousa et al (2014) aponta que “associadas ao narcotráfico, despontam as armas de fogo, que se tornam mais disponíveis e influenciam as taxas de homicídio”. Beato et al (2001), expõe um estudo realizado em Belo Horizonte, no qual a Polícia Militar divulgou que 55% dos homicídios registrados em 1998 ocorreram em situações envolvendo a comercialização de drogas. Por fim, Musse e Souza (2012) apontam um estudo divulgados pelo Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (InfoPen), do Ministério da Justiça, havia cerca de 436.48 presos para cada 100 mil habitantes, no qual do total de crimes (diversos) tentados/consumados por mulheres presas, 71% cometeu estavam relacionados ao tráfico.

Assim exposto, a variável foi considerada importante para explicar o número de

homicídios, mesmo que ela tenha se mostrado não significativa.

As demais variáveis apontam significância direta para explicar o número absoluto de homicídios no Brasil, destacando-se as que tiveram correlação positiva: tentativa de homicídio, roubo de veículos, roubo a bancos, porte de arma, estupro, tentativa de estupro e lesão dolosa, nas quais quando aumentam sua incidência, tendem a aumentar o número de homicídios. E as que tiveram significância, mas com uma correlação negativa, isto é, quando essas aumentam, tendem a diminuir o número de homicídios: roubo de cargas, posse de drogas e lesão corporal no trânsito.

Algumas suposições podem ser inferências a respeito destas correlações negativas, como o *modus operandi* do crime de roubo de cargas, que geralmente não intenciona a ação do homicídio, tentando diminuir os rastros e possibilidade de monitoramento por parte da polícia; as lesões corporais de trânsito, por serem muitas vezes culposas, e mesmo as dolosas não terem a intenção, mas sim, imputadas ao infrator por assumirem o risco da sua imprudência; além do discurso de que posse e uso de drogas não serem considerados crimes por uma parcela significativa da sociedade, por acreditarem que é um problema de saúde ou apenas um uso de cunho recreativo/social. Mas o rol de suposições aqui são apenas exemplificativas, com diversos outros fatores que não podem ser explicados pelo modelo de regressão aqui exposto, podendo ser atribuídos a essas correlações negativas.

As variáveis qualitativas criadas (*dummys*), relativas aos anos e suas interações, não mostraram significância no modelo, provavelmente por que muitas outras variáveis atuam e têm muito mais força explicativa que “os anos” em si. Fica claro, em cima dos dados aqui explorados, que os crimes não letais têm relação direta e forte com o número de homicídios no Brasil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos impactos dos determinantes de crimes não letais nos números absolutos de homicídios no Brasil permitiu-nos apontar a necessidade de uma discussão muito mais ampla acerca das políticas públicas de segurança, apontando uma forte e sistêmica relação entre as diversas formas de atuação criminosa nos resultados de mortes. Isso permite montar estratégias individualizadas para tentar minimizar as ações delituosas e, de forma reflexa, essas incidirem holisticamente na diminuição dos números de homicídios.

Acredita-se que intervenções integrais, baseando-se nas características e realidades de cada tipologia de delito, aumentando a possibilidade de êxito nas intervenções de segurança, na qual uma ação de intervenção pública dessa magnitude só tende ao sucesso se implementada com uma perspectiva de longo prazo, buscando resultados e impactos que não estejam atrelados a ações pontuais. Para isso, seria necessário se pensar em uma ação pública integrativa, que possa desenvolver práticas de contenção nas diversas variáveis que atuam sobre os homicídios.

Cabe aqui relativizar os números absolutos considerados, pois a intenção não foi quantificar, apenas relacionar os crimes não letais com os homicídios. Estudos apontam as disparidades consideráveis nas unidades federativas, como +232,0% (Rio Grande do Norte) e -44,3% (São Paulo), mostrando que diminuir os números absolutos é possível, basta esforços integrados de todas as partes da sociedade (CERQUEIRA et al

2017).

Uma limitação encontrada pela pesquisa foi a inconsistência do banco de dados, que apesar de ser uma publicação oficial do Fórum Nacional de Segurança, foram encontrados alguns resultados díspares entre edições de anos diferentes.

Sugere-se para estudos futuros uma pesquisa que explore outros bancos de dados, que utilize outra vertente de variáveis explicativas que possam clarear ainda mais o cenário que envolve os crimes de homicídio, servindo de suporte para entender e combater essas práticas. Outra opção é explorar melhor as variáveis dummy de tempo e suas interações nesse modelo, pois ao colocá-las na regressão com a constante sendo algumas das variáveis explicativas existiu significância e forte poder de explicação, como no caso do porte de armas e tentativa de homicídios.

Referências

ANÍBAL, F. Droga causa 77% dos homicídios. 2011. Disponível em: <<https://www.gazeta-dopovo.com.br/especiais/paz-tem-voz/droga-causa-77-dos-homicidios-9dgb4ldc3w-fdvkce6rztqtzi>> Acesso em: 4 de junho de 2018.

ALMEIDA, N. D. V. de. Análise dos Homicídios em Pernambuco e as Contribuições da Justiça Restaurativa. *Psicologia Ciência e Profissão*, v. 37, p. 565-578, 2017.

BARATA, R.B., RIBEIRO M.C.S.A. Relação entre homicídios e indicadores econômicos em São Paulo, Brasil, 1996. *Rev Panam Salud Publica*, 2000.

BAUM, C. F. An Introduction to Modern Econometrics Using Stata. College Station, TX: Stata Press. 2006.

BEATO FILHO C. C., ASSUNÇÃO, R. M., SILVA, B.F., MARINHO, F. C., REIS, I. A., ALMEIDA, M.C. Homicide clusters and drug traffic in Belo Horizonte, Minas Gerais State, Brazil from 1995 to 1999. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 17, n. 5, p. 1163-71, 2001.

CERQUEIRA, D. Causas e consequências do crime no Brasil. Rio de Janeiro: BNDES, 2014. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/265843852_Causas_e_consequencias_do_crime_no_Brasil> Acesso em: 08/10/2018.

CERQUEIRA, D. et al. Atlas da Violência 2016. Rio de Janeiro: IPEA e FFESP, 2017.

CERQUEIRA, D.; BUENO, R. S. de L. S.; VALENCIA, L I.; HANASHIRO, O.; MACHADO, P. H. G.; LIMA, A. dos S. Atlas da Violência 2017. Rio de Janeiro: IPEA e FFESP, 2018.

DINIZ, A. Tráfico de drogas está ligado a quase 70% das mortes em MG. *O Tempo*. 2015. Disponível em: < <https://www.otempo.com.br/cidades/tr%C3%A1fico-de-drogas-est%C3%A1-ligado-a-quase-70-das-mortes-em-mg-1.979406/>> Acesso em: 4 de junho de 2018.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. Anuário brasileiro de segurança pública. Edição VIII. São Paulo, 2014.

_____. Anuário brasileiro de segurança pública. Edição XI. São Paulo, 2017.

FREIRE, M.D. Paradigmas da segurança no Brasil: da ditadura aos nossos dias. *Revista Aurora*, v. 3, n. 5, p. 49-58, dez. 2009.

G1 RN. 78% das mortes têm relação com o tráfico de drogas, diz secretária de Segurança

do RN. 2017. Disponível em: < <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/78-das-mortes-tem-relacao-com-o-trafico-de-drogas-diz-secretaria-de-seguranca-do-rn.ghml>> Acesso em: 4 de junho de 2018.

JORNAL O EXPRESSO. Tráfico de drogas é responsável por mais de 4,3 mil mortes violentas na Bahia em 2017. 2017. Disponível em: < <https://jornaloexpresso.wordpress.com/2017/12/28/trafico-de-drogas-e-responsavel-por-mais-de-43-mil-mortes-violentas-na-bahia-em-2017/>> Acesso em: 4 de junho de 2018.

LIMA, Maria Luiza Carvalho de ; XIMENES, Ricardo A ; SOUZA, E. R. ; LUNA, Carlos Feitosa ; ALBUQUERQUE, Maria de Fátima P Militão de . ANÁLISE ESPACIAL DOS DETERMINANTES SOCIOECONÔMICOS DOS HOMICÍDIOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO. Revista de Saúde Pública / Journal of Public Health, São Paulo, v. 39, n.2, p. 176-182, 2005.

LIMA, Renato Sérgio de ; BUENO, S. ; MINGARDI, G. Estado, polícias e segurança pública no Brasil. Revista Direito GV, v. 12, p. 49-85, 2016.

LIRA, P. S. Geografia do Crime: estudo do Índice de Violência Criminalizada - IVC e da Tipologia Socioespacial. e-metropolis: Revista eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais, v. 23, p. 15-23, 2016.

MADEIRA, L.M.; RODRIGUES, A.B. Novas bases para as políticas públicas de segurança no Brasil a partir das práticas do governo federal no período 2003-2011. Revista de Administração Pública, v. 49, n. 1, p. 3-21, 2015.

SILVA, M. da. Polícia e segurança pública no Rio de Janeiro de hoje. In Olhares sobre a prevenção à criminalidade. OLIVEIRA. Kris B.; OLIVEIRA, Gleiber G. (org). Belo Horizonte, MG: Instituto Elo. 2009.

MUSSE, I.; SOUZA, A. P. F. O crime de drogas e a violência em São Paulo: uma análise a partir da Lei de Drogas. In: 34º Meeting of the Brazilian Econometric Society (SBE – 2012), Porto de Galinhas, 2012.

SOARES, L. E. Novas políticas de segurança pública. Estudos Avançados, v. 17, n. 47, p. 75-96, 2003.

SOUZA, C.A.M. ; SILVA, C. M. F. P. ; SOUZA, E. R. . Determinantes dos homicídios no Estado da Bahia, Brasil em 2009. Revista Brasileira de Epidemiologia (Impresso), v. 17, p. 135-146, 2014.

SOUZA, G. DOS S. de; MAGALHÃES, F. B.; GAMA, I. da S.; LIMA, M. V. N. de ; ALMEIDA, R. L. F. de; VIEIRA, L. J. E. de S.; BEZERRA FILHO, J. G. Social determinants and their interference in homicide rates in a city in northeastern Brazil. Revista Brasileira de Epidemiologia, v. 17, p. 194-203, 2014b.

SOUZA, L.A.F. (Org.). Políticas de segurança pública no estado de São Paulo:situações e perspectivas a partir das pesquisas do observatório de segurança pública da UNESP [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 219 p.

UOL. OMS afirma que consumo de drogas causa 500 mil mortes anuais. 2017. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/efe/2017/03/13/oms-afirma-que-consumo-de-drogas-causa-500-mil-mortes-anuais.htm>> Acesso em: 4 de junho de 2018.

WASELFSZ, J. J. Mapa da violência 2016: adolescentes de 16 e 17 anos do Brasil: Homicídios por armas de fogo no Brasil. Brasília, DF: Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americano, 2016.

WOOLDRIDGE, J. M.. Introdução à Econometria: uma Abordagem Moderna. São. Paulo: Cengage